



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 1.763/DNOR4, DE 21 DE MAIO DE 2025.

Aprova a Instrução que dispõe sobre Solicitação de
Divulgação de Informação Aeronáutica

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, de conformidade com o previsto nos Arts. 1º, 2º, 12 e 14, do Código Brasileiro de Aeronáutica, aprovado pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, combinado com o Art. 21, inciso I, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução (ICA 53-4) “Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica”, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2º Revoga-se a Portaria DECEA nº 32/DGCEA, de 26 de fevereiro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 039, de 12 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no ato de sua publicação.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DECEA

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO



INFORMAÇÃO AERONÁUTICA

ICA 53-4

**SOLICITAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE
INFORMAÇÃO AERONÁUTICA**

2025

ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA (ICA 53-4)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	1º/4º
CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES GERAIS	
Seção I – Abreviaturas e Siglas	5º
Seção II – Definições.....	6º
CAPÍTULO III – PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA	7º/8º
CAPÍTULO IV – NATUREZA DA INFORMAÇÃO	9º/11
CAPÍTULO V – FLUXOS DO PROCESSO	
Seção I – Fluxo para Informações Permanentes e Temporárias programadas	12
Seção II – Fluxo para Informações Temporárias Emergenciais	13
CAPÍTULO VI – MEIOS DE ENCAMINHAMENTO	14/16
Seção I – Contingência	17/18
CAPÍTULO VII – ÁREA DE JURISDIÇÃO DOS ÓRGÃOS REGIONAIS	19
CAPÍTULO VIII – AGENTES DO PROCESSO	
Seção I – Originador	20/38
Seção II – Fornecedor	39/40
Seção III – Analista.....	41/44
Seção IV – Provedor AIM.....	45/46
CAPÍTULO IX – DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	47/49
CAPÍTULO X – SISTEMA AIRAC	50/59
CAPÍTULO XI – EXCEPCIONALIDADE QUANTO AO PRAZO	60
CAPÍTULO XII – SOLICITAÇÃO EMERGENCIAL	61/62
CAPÍTULO XIII – MONITORAMENTO DA CADEIA DA INFORMAÇÃO	63
Seção I – Responsabilidades	64/69
Seção II – Encaminhamento	70/71
CAPÍTULO XIV – DISPOSIÇÕES FINAIS	72/76
Anexo II – MONITORAMENTO DA CADEIA DE INFORMAÇÃO	
Anexo III – QUANDO EMPREGAR O SISTEMA AIRAC	

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Finalidade

Art. 1º A presente Instrução tem por finalidade estabelecer procedimentos para o processo de solicitação de divulgação de informação aeronáutica.

Prefácio

Art. 2º Os meios para a obtenção e o compartilhamento da informação devem ser implementados com acuracidade, qualidade, temporalidade e custo-benefício aceitável, que permita a Tomada de Decisão Colaborativa e viabilize uma base sólida para a evolução do Conceito ATM Nacional.

Art. 3º Assim, esta publicação foi reeditada em 2025 com o objetivo de:

I - implementar a formatação prevista pela Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA 5-2 (Norma de Sistema para Atos Normativos no Âmbito do Comando da Aeronáutica);

II - garantir a conformidade das normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) com os padrões internacionais, incluindo a OACI e as legislações nacionais vigentes; e

III - melhorar a gestão e divulgação das informações aeronáuticas no âmbito do SISCEAB.

Âmbito

Art. 4º A presente Instrução, de observância obrigatória, aplica-se a todos aqueles que, no desempenho de suas funções, necessitam utilizar os procedimentos para solicitação de divulgação de Informação Aeronáutica.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Abreviaturas e Siglas

Art. 5º As abreviaturas e siglas presentes nesta norma têm os seguintes significados:

I - AGA: Aeródromos e Auxílios Terrestres (*Aerodromes and Ground Aids*);

II - AIM: Gestão da Informação Aeronáutica (*Aeronautical Information Management*);

III - AIP: Publicação de Informação Aeronáutica (*Aeronautical Information Publication*);

IV - AIRAC: Regulação e Controle de Informação Aeronáutica (*Aeronautical information regulation and control*);

V - AIS: Serviço de Informação Aeronáutica (*Aeronautical Information Service*);

VI - AISWEB: Informações Aeronáuticas na WEB;

VII - ALS: Sistema de Luzes de Aproximação (*Approach lighting system*);

VIII - AMDT: Emenda (*Amendment*);

IX - ANAC: Agência Nacional de Aviação Civil;

X - APAPI: Indicador abreviado de trajetória de aproximação de precisão (*Abbreviated Precision Approach Path Indicator*);

XI - ASDA: Distância utilizável para parada de decolagem (*Accelerate-stop distance available*);

XII - ATM: Gerenciamento de tráfego aéreo (*Air Traffic Management*);

XIII - ATS: Serviço de Tráfego Aéreo (*Air Traffic Services*);

XIV - ATZ: Zona de tráfego de aeródromo (*Aerodrome Traffic Zone*);

XV - CDM: Tomada de Decisão Colaborativa (*Collaborative Decision Making*);

XVI - CGNA: Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea;

XVII - CINDACTA: Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo;

XVIII - COM: Comunicações;

XIX - COMAER: Comando da Aeronáutica;

XX - CRCEA-SE: Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste;

XXI - CTR: Zona de controle (*Control Zone*);

XXII - D-AMDT: Emenda Digital (*Digital Amendment*);

XXIII - DECEA: Departamento de Controle do Espaço Aéreo;

XXIV - DME: Equipamento radio telemétrico (*Distance Measuring Equipment*);

XXV - DNB: Dependências da NAV Brasil;

XXVI - DTCEA: Destacamento de Controle do Espaço Aéreo;

XXVII - DVOR: VOR doppler (Doppler VOR);

XXVIII - EPTA: Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo;

XXIX - FIR: Região de Informação de Voo (*Flight Information Region*);

XXX - GEIV: Grupo Especial de Inspeção em Voo;

XXXI - GEOAISWEB: Portal de Informações Aeronáuticas Georreferenciadas;

XXXII - GSI: Gabinete de Segurança Institucional;

XXXIII - GPS: Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System*);

XXXIV - HF: Alta frequência (*High frequency*);

XXXV - ICA: Instituto de Cartografia Aeronáutica;

XXXVI - ICAO: Organização da Aviação Civil Internacional (*International Civil Aviation Organization*);

XXXVII - ILS: Sistema de pouso por instrumentos (*Instrument Landing System*);

XXXVIII - LDA: Distância utilizável para pouso (*Landing Distance Available*);

XXXIX - MCA: Manual do Comando da Aeronáutica;

XL - MET: Meteorológico ou meteorologia;

XLI - NDB: Rádio farol não direcional (*Non-Directional Radio Beacon*);

XLII - NOF: Centro Internacional de NOTAM (*International NOTAM Office*);

XLIII - NOTAM: Aviso aos Aeronavegantes (*Notice To Air Man*);

XLIV - PAPI: Indicador de trajetória de aproximação de precisão (*Precision Approach Path Indicator*);

XLV - PBZPA: Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo;

XLVI - RAIM: Vigilância autônoma da integridade do receptor (*Receiver Autonomous Integrity Monitoring*);

XLVII - ROTAER: Publicação Auxiliar de Rotas Aéreas;

XLVIII - SDIA: Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica;

XLIX - SDOP: Subdepartamento de Operações do DECEA;
L - SISCEAB: Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
LI - TCA: Tabela do Comando da Aeronáutica;
LII - TMA: Área de controle terminal (*Terminal Control Area*);
LIII - TNAV: Seção de Auxílios à Navegação;
LIV - TODA: Distância utilizável para decolagem (*Take-off Distance Available*);
LV - TORA: Superfície utilizável para decolagem (*Take-off Run Available*);
LVI - UTA: Área Superior de Tráfego Aéreo (*Upper Traffic Area*);
LVII - UTC: Tempo universal coordenado (*Coordinated Universal Time*);
LVIII - VASIS: Sistema indicador da rampa de aproximação visual (*Visual Approach Slope Indicator System*);
LIX - VHF: Frequência muito alta (*Very High Frequency*);
LX - VOR: Alcance Omnidirecional em VHF (*VHF Omnidirectional Range*); e
LXI - WIE: Com efeito imediato ou efetivo imediatamente (*With Immediate Effect*).

Seção II

Definições

Art. 6º Os termos e expressões abaixo relacionados, empregados nesta Instrução, têm os seguintes significados:

I - Aeródromo: área definida de terra ou de água (que inclui todas suas edificações, instalações e equipamentos) destinada total ou parcialmente à chegada, partida e movimentação de aeronaves na superfície;

II - AIRAC: calendário internacional e permanente, estabelecido pela OACI, que fixa as datas para a divulgação antecipada de dados sobre situações ou mudanças relacionadas com aeroportos e a infraestrutura da navegação aérea ou sobre novos procedimentos, tais como o emprego do GPS. O calendário é definido por ciclos de 28 dias, instituídos com a finalidade de divulgar com suficiente antecedência a nova informação;

III - Área de manobras: parte do aeródromo utilizada para decolagem, pouso e táxi de aeronaves, excluindo-se o pátio de aeronaves;

IV - Área de movimento: parte do aeródromo destinada ao pouso, decolagem e táxi de aeronaves, que compreende a área de manobras e os pátios;

V - Área densamente povoada: área em relação a uma cidade, vila ou povoado; uma área substancialmente usada para fins residenciais, comerciais ou recreativos;

VI - Área Operacional: também denominada “lado ar”, significa o conjunto formado pela área de movimento de um aeródromo e terrenos e edificações adjacentes, ou parte delas, cujo acesso é controlado;

VII - Atividade Aerodesportiva: toda atividade praticada com dispositivos aéreos utilizados ou que se pretenda utilizar para voar na atmosfera com finalidade desportiva ou recreativa, incluindo paraquedismo, acrobacia aérea, aeromodelismo, entre outras modalidades;

VIII - Auxílios à Navegação Aérea: equipamentos destinados a proporcionar apoio às aeronaves para sua navegação em rota, em áreas de controle terminal (TMA) e em suas manobras de pouso e decolagem, podendo ser: auxílios rádio (NDB, VOR, DME, ILS, RADAR, VHF, dentre outros); e auxílios visuais luminosos (ALS, PAPI, VASIS, dentre outros);

IX - Características Físicas: características referentes ao número e orientação das pistas, acostamentos das pistas, faixas de pistas, áreas de segurança no fim de pistas, zonas livres de obstáculos (*clearways*), zonas de parada (*stopways*), áreas de operação de radioaltímetro, pistas de táxi, acostamentos das pistas de táxi, faixas de pistas de táxi, baías de espera, posições de espera nas pistas, posições intermediárias de espera, posições de espera de veículos em vias de serviços, pátios e posições isoladas de estacionamento de aeronaves;

X - Características Operacionais: características referentes ao tipo de operação realizada no aeródromo;

XI - Dado Aeronáutico: representação de fato, conceito ou instrução aeronáutica de maneira formalizada, para comunicação, interpretação ou processamento;

XII - Dados Administrativos do Aeródromo: compreendem informações relativas a:

- a) endereço;
- b) operador;
- c) e-mail;
- d) telefone;
- e) horário de funcionamento da alfândega e imigração;
- f) vigilância sanitária;
- g) instalações e serviços para passageiros; e
- h) informações sobre ABN e endereço website;

XIII - Demonstração Aérea: apresentação para determinado público de uma ou mais aeronaves em voo dentro de um espaço aéreo determinado e tão pequeno quanto praticável, na qual o piloto procura demonstrar o desempenho e as qualidades de voo da aeronave, operando-a nos limites do seu envelope de voo aprovado. Uma demonstração aérea pode ser realizada sobre um aeródromo ou sobre áreas desabitadas e pode ser aberta ao público geral ou específico;

XIV - Embarcação: todo tipo de aparato destinado a navegar sobre ou abaixo da água;

XV - Estrutura do Espaço Aéreo: a divisão do espaço aéreo em limites inferior, superior e laterais, bem como a designação em Regiões de Informação de Voo (FIR), Áreas de Controle e Zonas de Controle (UTA, CTA, TMA);

XVI - Exatidão: grau de conformidade entre o valor estimado ou medido e o valor verdadeiro;

XVII - Fundeio: local de parada de embarcações e plataformas marítimas;

XVIII - Início de Efetivação: data e hora de início do período de ativação ou de início do primeiro período de ativação;

XIX - Início de Validade: data e a hora de expedição, ou seja, é a data e a hora de divulgação da Informação Aeronáutica;

XX - Integridade de Dados: grau de garantia de que nenhum dado aeronáutico ou seu valor foi perdido ou alterado após a iniciação ou emenda autorizada;

XXI - Linguagem Clara Padronizada: fraseologia ou o significado padrão uniforme correspondente ao código NOTAM, de forma abreviada e padronizada pelo DECEA;

XXII - Meios de Comunicação ATS: meios de comunicação para a prestação dos serviços ATS fornecidos por Órgãos de controle do espaço aéreo, tais como Rádio VHF/ UHF, *Datalink*, CPDLC, dentre outros recomendados pela OACI;

XXIII - Metadados: descrição estruturada do conteúdo, qualidade, condição ou outras características dos dados e está relacionada com a rastreabilidade;

XXIV - NOTAM: aviso que contém informação relativa ao estabelecimento, condição ou modificação de quaisquer instalações, serviços, procedimentos ou perigos aeronáuticos, cujo pronto conhecimento seja indispensável ao pessoal ligado a operações de voo;

XXV - Obstáculo: todo objeto de natureza permanente ou temporária, fixo ou móvel, ou parte dele, que esteja localizado em uma área destinada à movimentação de aeronaves no solo, ou que se estenda acima das superfícies destinadas à proteção das aeronaves em voo, ou ainda que esteja fora ou abaixo dessas superfícies definidas e cause efeito adverso à segurança ou regularidade das operações aéreas;

XXVI - Operador de aeródromo: também denominado explorador de infraestrutura aeroportuária, é toda pessoa física ou jurídica que administre, explore, mantenha e preste serviços em aeródromo de uso público ou privado, próprio ou não, com ou sem fins lucrativos;

XXVII - Órgãos de Segurança Pública: Órgãos que são responsáveis pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, representados pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar e Guarda Municipal;

XXVIII - Plataforma Marítima: as plataformas marítimas podem ser definidas como construções navais que permitem o alcance de reservas no fundo do mar, usadas em operações de exploração (perfuração de poços para a avaliação da vantagem econômica da produção de petróleo e gás natural) e de produção (perfuração de poços para a extração de petróleo e gás natural);

XXIX - Produto AIS: dados e informações aeronáuticas fornecidos na forma digital, que incluem: AIP, Emendas AIP, Suplementos AIP, AIC, NOTAM, SNOWTAM, ASHTAM, Cartas Aeronáuticas, eROTAER, Emenda Digital (D-AMDT), AIXM e conjunto de Dados Digitais;

XXX - Provedor AIM: atribuição designada pelo DECEA para prover a Gestão da Informação Aeronáutica. No SISCEAB, esta provisão é realizada pelo Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA);

XXXI - Propriedade Intelectual: gênero do qual são espécies a propriedade industrial e os direitos autorais, e compreendem, segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual “a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas às interpretações dos artistas, intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico, incluindo patentes, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas e segredos de negócio”;

XXXII - Regulamentos Locais de Aeródromo: regras estabelecidas em um aeródromo para uso e organização de suas áreas operacionais, excluídas normas administrativas e as normas gerais estabelecidas pelos Órgãos de controle ou reguladores, tais como:

- a) Regulamentos de aeroporto, Rodagem para e desde os pontos de estacionamento;
- b) Zona de Estacionamento para aeronaves pequenas (Aviação Geral); Zona de estacionamento para helicópteros;
- c) Plataforma – rodagem em condições de inverno;
- d) Rodagem – limitações;
- e) Voos de instrução e de ensaios técnicos - uso das pistas; e
- f) Tráfego de helicópteros - limitações e remoção de aeronaves acidentadas;

XXXIII - Requisitos para Qualidade de Dados Aeronáuticos: necessidades ou expectativas estabelecidas e obrigatórias para os dados aeronáuticos. Envolvem a exatidão, a

resolução e a integridade e estão estabelecidas na TCA 53-2 “Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas”;

XXXIV - Resolução: número de unidades ou dígitos com os quais um valor é medido, calculado ou declarado, expresso e utilizado;

XXXV - Serviço Aéreo Regular: serviço de transporte aéreo público, ofertado ao público em geral e operado de acordo com uma programação previamente publicada ou com regularidade tal que constitua uma série sistemática de voos facilmente identificável;

XXXVI - Serviço de Manutenção: são considerados serviços de manutenção:

- a) drenagem de vala;
- b) retoque de pintura de sinalização horizontal e vertical;
- c) substituição e pequenos reparos de balizamento; e
- d) corte de grama e limpeza em geral;

XXXVII - Serviços de Navegação Aérea: abrangem os Serviços de Tráfego Aéreo, o Serviço de Informação Aeronáutica, o Serviço de Meteorologia Aeronáutica, os Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas, o Serviço de Cartografia Aeronáutica e o Serviço de Busca e Salvamento. Os Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas abrangem os Serviços de Comunicação, Navegação e Vigilância (CNS);

XXXVIII - Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica: todo documento formal, no formato digital, emitido e assinado por autoridade competente, com a intenção de divulgar a inclusão, a exclusão ou a modificação de um dado ou informação aeronáutica;

XXXIX - Término de Validade: Informa a data e hora final de validade:

- a) encerra o período de ativação ou o último período de ativação;
- b) encerra o período de validade; e
- c) encerra o período de vigência;

XL - Validação: garantia de que as informações e dados aeronáuticos, bem como os respectivos metadados, tenham passado por verificação e atendam corretamente aos critérios previstos, possibilitando sua liberação para uso; e

XLI - Verificação: confirmação, por meio do fornecimento de indícios objetivos, de que foram cumpridos os requisitos específicos.

CAPÍTULO III PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA

Art. 7º O processo de solicitação de divulgação de informação aeronáutica deve seguir etapas previamente estabelecidas e depende da colaboração entre diferentes agentes, a fim de garantir que as informações divulgadas sejam precisas, relevantes e oportunas. Esse processo é composto pelos seguintes agentes:

- I - Originador;
- II - Fornecedor;
- III - Analista; e
- IV - Provedor AIM.

Art. 8º De acordo com a natureza da informação a ser divulgada, o processo possui dois fluxos distintos:

- I - Um fluxo aplicável às informações permanentes e temporárias programadas; e
- II - Um fluxo aplicável às informações emergenciais.

CAPÍTULO IV NATUREZA DA INFORMAÇÃO

Informação Permanente

Art. 9º Informação de caráter estável, ou seja, não está sujeita a mudanças frequentes e que no momento da sua origem não há definição de término de validade.

Parágrafo Único. Essas informações são processadas e publicadas de acordo as datas estabelecidas no Calendário AIRAC.

Informação Temporária

Art. 10. Informação que possui período de vigência pré-estabelecido. Ou seja, há um início de efetivação e término de validade definidos.

Art. 11. A informação temporária se subdivide em:

I - Programada: informação que exige planejamento e, para isso, o cumprimento dos prazos para envio das solicitações de divulgação de informação aeronáutica; e

II - Emergencial: Informação de caráter crítico, decorrente de evento inesperado, que afeta a segurança da navegação aérea. Não há prazo estabelecido para envio da solicitação de divulgação de informação aeronáutica.

Parágrafo Único. Os prazos são estabelecidos de acordo com o assunto a ser divulgado, os quais estão dispostos no site AISWEB.

CAPÍTULO V FLUXOS DO PROCESSO

Seção I

Fluxo para Informações Permanentes e Temporárias Programadas

Art. 12. O fluxo de solicitação de divulgação de informação aeronáutica deve ser iniciado por um originador, acreditado pelo DECEA, que tenha conhecimento próprio de qualquer fato que possa influir, direta ou indiretamente, na segurança, eficiência, regularidade ou economia da navegação aérea. Sequencialmente, é submetida a análises do fornecedor que, conforme julgue necessário, solicita parecer técnico ao analista. Após recebimento do parecer técnico, caso necessário, o fornecedor realiza coordenações com o originador antes de enviar a solicitação ao Provedor AIM. Caso não seja necessário, encaminha a solicitação diretamente ao Provedor AIM que é a autoridade encarregada pela divulgação da informação aeronáutica por meio de Produtos de Informação Aeronáutica conforme ilustrado na figura 1.

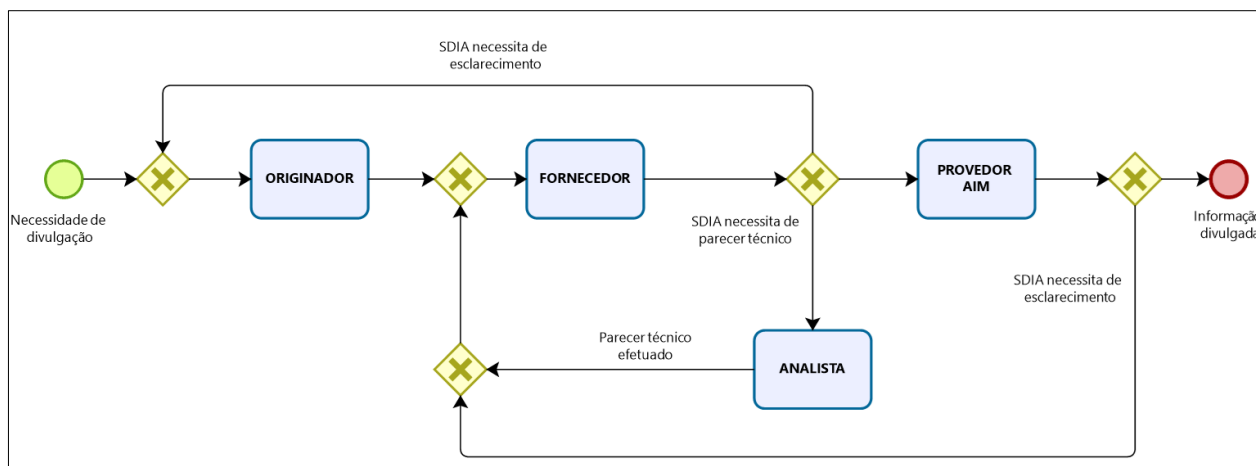


Figura 1 - Esquema do processo de solicitação

Seção II

Fluxo para Informações Temporárias Emergenciais

Art. 13. O fluxo da solicitação deve ser iniciado por um originador, acreditado pelo DECEA, que tenha conhecimento próprio de qualquer fato que possa influir na segurança da navegação aérea. Sequencialmente, é submetida diretamente para análises do Provedor AIM. Caso a solicitação esteja conforme, o Provedor AIM divulga a informação aeronáutica por meio de Produto de Informação Aeronáutica como demonstrado na figura 2.

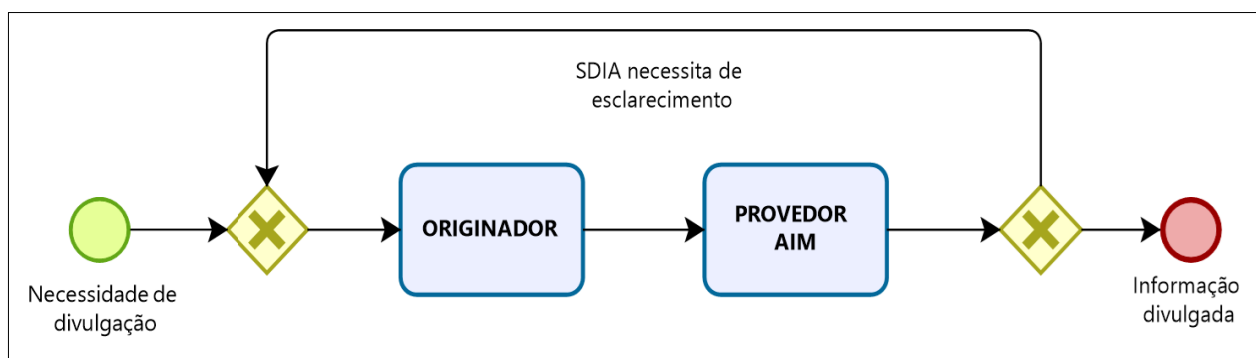


Figura 2 - Esquema do processo de solicitação emergencial

CAPÍTULO VI

MEIOS DE ENCAMINHAMENTO

Art. 14. O sistema SDIA é o meio oficial e único para envio da Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica.

Art. 15. O endereço do sistema SDIA na internet é <https://sdia.decea.mil.br/>.

Art. 16. O acesso ao sistema SDIA também está disponível na página inicial do AISWEB, na Internet, por meio do endereço <https://aisweb.decea.mil.br>, em Mais Serviços.

Seção I

Contingência

Art. 17. Excepcionalmente, quando houver indisponibilidade do sistema SDIA, as solicitações deverão ser enviadas ao ICA por meio do seguinte endereço eletrônico: sdia.ica@fab.mil.br.

Art. 18. Os endereços de e-mail do CGNA (sdia.cgna@fab.mil.br) e DECEA

(sdia.decea@fab.mil.br) serão utilizados pelo fornecedor para solicitação de análise e de parecer técnico exclusivamente.

CAPÍTULO VII

ÁREA DE JURISDIÇÃO DOS ÓRGÃOS REGIONAIS

Art. 19. As áreas de jurisdição podem ser visualizadas no portal oficial de informações cartográficas, o **GEOAISWEB**, conforme ilustrado na Figura 3. No portal, é possível identificar, por exemplo, os aeródromos de **Boa Vista (SBBV)** e **Confins (SBCF)**, localizados nas FIR Amazônica e FIR Brasília, respectivamente.

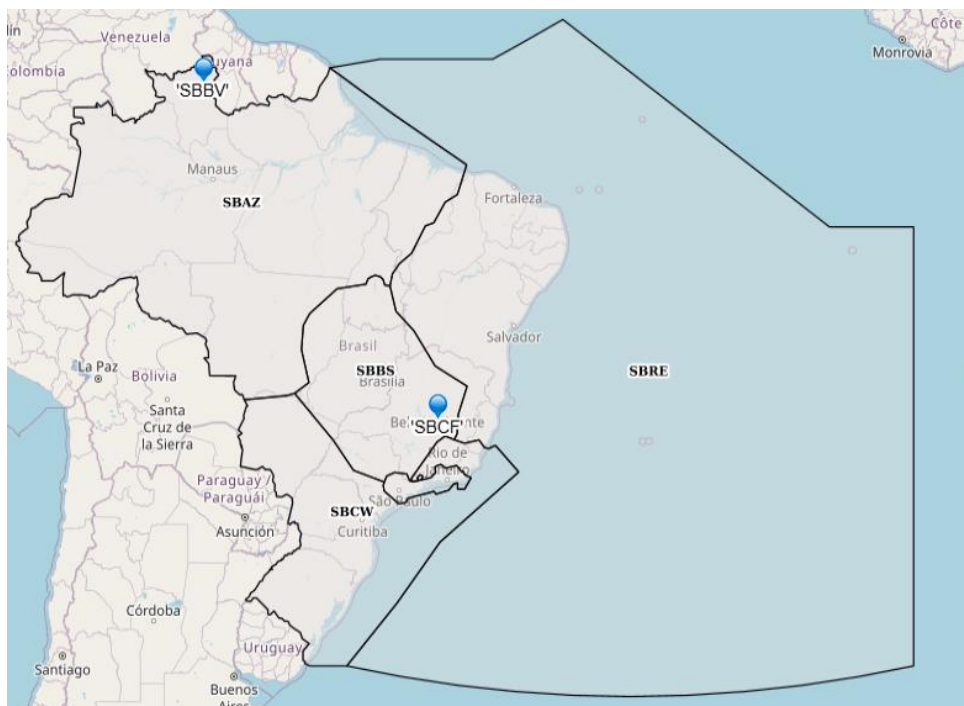


Figura 3 - Área de jurisdição dos Órgãos Regionais

CAPÍTULO VIII

AGENTES DO PROCESSO

Seção I

Originador

Art. 20. Agente responsável por iniciar o processo de solicitação de divulgação da Informação Aeronáutica, a partir do conhecimento de um fato que requeira sua publicação.

Subseção I

Atribuições

Art. 21. Cabe ao Originador:

I - coletar, verificar e validar a informação ou os dados aeronáuticos necessários para envio ao fornecedor ou Provedor AIM;

II - enviar a informação ou os dados aeronáuticos e seus respectivos metadados, após verificação e validação, de acordo com o assunto de sua competência, observando os prazos definidos na Tabela de prazos para envio de SDIA no site AISWEB na aba Publicações > Prazos para envio de SDIA, bem como os requisitos para qualidade de dados aeronáuticos e atributos de metadados previstos na TCA 53-2 “Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas”;

III - ter conhecimento de todas as normas e regulamentos referentes ao assunto da solicitação;

IV - certificar-se de que a informação solicitada não esteja prevista como regra em normas ou regulamentos de autoridades aeronáuticas;

V - solicitar o cancelamento de informação divulgada, caso não seja mais de interesse;

VI - realizar todas as tratativas prévias com autoridades reguladoras, de gerenciamento de fluxo (CGNA), naval e outras que se fizerem necessárias antes de enviar a solicitação de divulgação de informação aeronáutica;

VII - enviar todos os dados necessários para divulgação da informação nos produtos de informação aeronáutica; e

VIII - conferir se a informação ou o dado aeronáutico foi disponibilizado em Produto de Informação Aeronáutica de acordo com o solicitado.

Subseção II

Preenchimento da Solicitação de Divulgação da Informação Aeronáutica

Art. 22. A solicitação deve:

I - tratar de um assunto e estado/condição somente;

II - ser redigida em linguagem clara e concisa;

III - conter somente abreviaturas previstas pelo DECEA, caso utilizadas;

IV - utilizar o horário UTC; e

V - ter seus dados convertidos para a unidade padronizada de acordo com os requisitos de qualidade previstos na TCA 53-2 "Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas".

Subseção III

Competência

Art. 23. Para envio da solicitação, o originador deve verificar os assuntos de sua responsabilidade, conforme elencados a seguir.

Empresa proprietária de embarcações

Art. 24. Competem às empresas proprietárias de embarcações solicitações sobre deslocamento e fundeio de embarcações.

Operador de aeródromo

Art. 25. Competem aos operadores de aeródromo solicitações sobre:

I - AERÓDROMO/HELIPONTO:

a) Ativação e desativação; e

b) Modificação nas características físicas e operacionais;

II - DADOS GEOGRÁFICOS E ADMINISTRATIVOS;

III - REGULAMENTOS LOCAIS DE AERÓDROMO;

IV - ÁREA OPERACIONAL;

V - CONCENTRAÇÃO DE PÁSSAROS;

VI - OBSTÁCULO;

VII - AUXÍLIOS LUMINOSOS;

VIII - SERVIÇO DE SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIO;

IX - SERVIÇO DE REABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E OXIGÊNIO; e

X - PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA.

§ 1º Referente ao inciso IV, nos casos de interdição ou impraticabilidade total ou parcial na área operacional de aeródromos de uso público, deverá ser feita coordenação prévia com a ANAC para a devida autorização.

§ 2º Referente ao inciso IV, deve ser informado o motivo claro para o fechamento total ou parcial da área de movimento.

§ 3º Referente ao inciso IV, ocorrências na área de movimento devem conter dados que permitam a exata localização.

§ 4º Referente ao inciso IV, nas solicitações de deslocamento de cabeceira ou fechamento de um trecho de pista deverão ser enviadas as novas distâncias declaradas (TORA, TODA, ASDA e LDA).

§ 5º Ainda referente ao inciso IV, para os casos em que não haja necessidade de deslocamento de cabeceira ou de fechamento parcial de pista, porém impliquem na modificação das distâncias declaradas, deverá ser enviado o motivo causador da respectiva modificação.

§ 6º Caso haja mais de um fornecedor de combustível no aeródromo, as solicitações devem conter o nome da empresa em questão.

Entidade Civil

Art. 26. Competem às entidades civis solicitações sobre:

I - ATIVIDADES AERODESPORTIVAS;

II - VOO DE DIRIGÍVEIS;

III - VOO DE ENSAIO;

IV - LANÇAMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO;

V - BALÃO CATIVO;

VI - LANÇAMENTO DE FOGUETE;

VII - MATERIAIS RADIOATIVOS OU QUÍMICOS TÓXICOS;

VIII - DETONAÇÃO DE EXPLOSIVOS NO SOLO; e

IX - ATIVIDADES DE PESQUISA.

§ 1º A verificação das solicitações por parte dos fornecedores, tem finalidade de garantir a coordenação e o controle do tráfego aéreo, bem como a informação para a segurança de voo, não estando implícita qualquer autorização relacionada com registro, homologação, fiscalização ou outra atividade técnica específica que o assunto requeira.

§ 2º Nos casos de eventos em áreas densamente povoadas ou com presença de público, será necessária a autorização previa da ANAC.

ANAC

Art. 27. Competem à Agência Nacional de Aviação Civil solicitações sobre aeródromos e helipontos no que se refere a fechamento e interdição.

Parágrafo único. Essa solicitação ocorrerá em caso de vencimento de portaria, riscos operacionais ou por força de decisão judicial.

EPTA/DTCEA/DNB

Art. 28. Competem aos DTCEA, EPTA e DNB solicitações sobre:

- I - AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO AÉREA;
- II - PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA;
- III - PROCEDIMENTOS DE VOO;
- IV - ÓRGÃOS DOS SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA;
- V - EQUIPAMENTOS METEOROLÓGICOS; e
- VI - MEIOS DE COMUNICAÇÃO ATS.

GEIV

Art. 29. Competem ao Grupo Especial de Inspeção em voo solicitações sobre:

- I - AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO AÉREA;
- II - PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA; e
- III - MEIOS DE COMUNICAÇÃO ATS.

CGNA

Art. 30. Competem ao Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea solicitações sobre:

- I - GERENCIAMENTO DE FLUXO DE TRÁFEGO AÉREO;
- II - RAIM; e
- III - AEROPORTO COORDENADO.

Órgão Regional

Art. 31. Competem aos CINDACTA e CRCEA-SE as solicitações referentes à sua área de jurisdição, sobre:

- I - AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO AÉREA;
- II - ORGÃOS DE SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO AÉREA;
- III - ESPAÇO AÉREO CONDICIONADO;
- IV - ESTRUTURA DO ESPAÇO AÉREO;
- V - OBSTÁCULO;
- VI - PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA;
- VII - REGULAMENTOS LOCAIS DE AERÓDROMO;
- VIII - VOO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS;
- IX - CINZAS VULCÂNICAS;
- X - AERÓDROMO;
- XI - MEIOS DE COMUNICAÇÃO ATS;
- XII - PROCEDIMENTOS DE VOO; e
- XIII - USO INDEVIDO DO ESPAÇO AÉREO.

§ 1º Relativo ao inciso X, fechamento devido à falta de apresentação de PBZPA.

§ 2º Relativo ao inciso I, dependem de Inspeção em Voo, para ativação e desativação em caráter permanente os auxílios à navegação aérea:

I - auxílios rádio (NDB, DVOR, DME, ILS, dentre outros); e

II - auxílios visuais luminosos (ALS, PAPI, VASIS, dentre outros).

§ 3º Relativo ao inciso XIII, refere-se a eventos de uso do espaço aéreo não autorizados por algum Órgão do DECEA.

§ 4º Relativo ao inciso XI, dependem de Inspeção em Voo, para ativação e desativação em caráter permanente os sistemas de comunicação HF e VHF.

§ 5º A solicitação de divulgação dos assuntos elencados nesse artigo, deverá ser originado, no sistema SDIA, pelo setor competente pelo assunto, tais como: AGA, ATM, CNS, MET, TNAV e encaminhadas ao fornecedor, AIM do Regional, para verificação e continuidade do processo.

SDOP

Art. 32. Competem ao Subdepartamento de Operações do DECEA solicitações sobre:

I - AUXÍLIO A NAVEGAÇÃO AÉREA;

II - ORGÃOS DE SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO AÉREA;

III - ESPAÇO AÉREO CONDICIONADO;

IV - PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA;

V - MEIOS DE COMUNICAÇÃO ATS;

VI - INDICADOR DE LOCALIDADE ICAO; e

VII - ESTRUTURA DO ESPAÇO AÉREO.

§ 1º Referente ao inciso III, é de competência exclusiva do SDOP eventos de restrição do espaço aéreo por motivo de greve ou guerra, eventos governamentais, viagens de Chefes de Governo ou Estado, lançamento e queda de fragmentos de foguete e satélites recebidos de NOF estrangeiro.

§ 2º Com relação ao inciso V, a ativação e desativação permanentes dos sistemas de comunicação HF e VHF dependem de Inspeção em Voo.

ICA

Art. 33. Competem ao Instituto de Cartografia Aeronáutica solicitações sobre:

I - ESTRUTURA DO ESPAÇO AÉREO;

II - PROCEDIMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA; e

III - CARTAS AERONÁUTICAS.

ORGANIZAÇÕES MILITARES E ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 34. Competem às Organizações Militares e aos Órgãos de segurança pública solicitações sobre:

I - VOO DE TREINAMENTO;

II - EXIBIÇÃO AÉREA;

III - ACROBACIA AÉREA;

IV - EXERCÍCIO AÉREO;

V - VOO DE REABASTECIMENTO AÉREO;

- VI - VOO À VELA;
- VII - ASCENSÃO DE BALÃO LIVRE;
- VIII - VOO DE DIRIGÍVEIS;
- IX - LANÇAMENTO DE FOGUETE, MÍSSIL OU DISPARO DE ARMA DE FOGO;
- X - MATERIAIS RADIOATIVOS OU QUÍMICOS TÓXICOS;
- XI - PARAQUEDISMO;
- XII - VOO DE FORMAÇÃO;
- XIII - VOO DE RECONHECIMENTO AÉREO;
- XIV - VOO DE TESTE OU ENSAIOS;
- XV - DETONAÇÃO DE EXPLOSIVOS NO SOLO;
- XVI - RESTRIÇÃO/PROIBIÇÃO DE ESPAÇO AÉREO; e
- XVII - MISSÃO SAR.

Parágrafo único. A verificação das solicitações por parte dos fornecedores tem a finalidade de garantir a coordenação e o controle do tráfego aéreo, bem como a informação para a segurança de voo, não estando implícita qualquer autorização relacionada com registro, homologação, fiscalização ou outra atividade técnica específica que o assunto requeira.

GSI

Art. 35. Compete ao Gabinete de Segurança Institucional a solicitação de divulgação de informações aeronáuticas relacionadas a missões presidenciais.

CIMAER

Art. 36. Compete ao Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica a responsabilidade pela solicitação de divulgação de informações aeronáuticas relativas a cinzas vulcânicas.

EDA

Art. 37. Compete ao Esquadrão de Demonstração Aérea a solicitação de divulgação de informações aeronáuticas relativas a exposições aéreas

Subseção IV Prazos para envio da solicitação

Art. 38. Os prazos mínimos de antecedência exigidos para envio da solicitação, referente a cada assunto, devem ser visualizados na tabela de prazos para envio de Solicitação de Informação Aeronáutica no site AISWEB na aba Publicações > Prazos para envio de SDIA, ou no Sistema SDIA por meio do link <https://sdia.decea.mil.br/documentos>.

§ 1º Quando houver inconsistências relacionadas aos prazos de que trata este artigo ou aos requisitos contidos na TCA 53-2 “Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas”, o fornecedor da respectiva área de jurisdição deverá devolver as SDIA ao originador.

§ 2º Após as alterações ou correções necessárias, o originador reencaminhará a SDIA e, então, o processo será reiniciado conforme prazo estabelecido.

Seção II

Fornecedor

Art. 39. Agente do processo que recebe a solicitação de divulgação de informação aeronáutica do originador e realiza as tratativas necessárias para envio ao Provedor AIM.

Parágrafo Único. Os Órgãos regionais (CINDACTA I, CINDACTA II, CINDACTA III, CINDACTA IV e CRCEA-SE) são os fornecedores do processo segundo suas respectivas áreas de jurisdição.

Subseção I

Atribuições

Art. 40. Ao receber a solicitação do originador, caberá ao fornecedor:

I - verificar e validar a informação, os dados e respectivos metadados de acordo com o assunto, antes do envio ao Provedor AIM; observando:

- a) os prazos;
- b) a localidade;
- c) a coerência das informações e dos dados entre si;
- d) se a solicitação possui todos os dados necessários para divulgação nos produtos de informação aeronáutica;
- e) implicações das informações contidas com outros assuntos relacionados; e
- f) requisitos para qualidade de dados aeronáuticos e atributos de metadados previstos na TCA 53-2 “Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas;

II - reprovando a solicitação cuja informação já esteja prevista como regra em normas ou regulamentos de autoridades aeronáuticas;

III - solicitar parecer ao analista técnico sobre o assunto em questão, conforme previsto no MCA 53-5 (Manual de Operação das Subdivisões de Gestão da Informação Aeronáutica (DO-AIM));

IV - realizar todas as tratativas necessárias com o originador e analista antes do envio ao Provedor AIM;

V - no caso de contingência, encaminhar o e-mail da solicitação ao setor/Órgão competente, caso tenha recebido equivocadamente do originador. Nesse caso, o originador deverá ser informado do motivo do encaminhamento;

VI - incluir as referências das publicações afetadas, em caso de solicitações de natureza permanente;

VII - confeccionar solicitações referentes a todas as implicações consequentes do deslocamento ou fechamento na área operacional;

VIII - conferir se a informação já se encontra disponibilizada em Produto de Informação Aeronáutica; e

IX - confeccionar e controlar as autorizações cuja informação não seja divulgada por meio de um Produto de Informação Aeronáutica.

§ 1º Referente ao inciso I, alínea f), sempre que houver inconsistência relativa aos itens acima, a solicitação deve ser retornada ao originador acrescentando a devida fundamentação. Após as alterações ou correções necessárias, o originador reencaminhará a solicitação ao fornecedor e, então, o processo será reiniciado conforme o prazo estabelecido.

§ 2º O fornecedor poderá propor o tipo de Produto AIS, bem como sua data de efetivação, entretanto, caberá ao Provedor AIM a verificação da natureza da informação e sua adequação ao Produto proposto.

Seção III

Analista

Art. 41. Agente do processo responsável por emitir parecer técnico referente à solicitação quando requerido pelo fornecedor.

Parágrafo Único. Os analistas são representados por especialistas das áreas ATM, AIS, AGA, MET e CNS.

Art. 42. O SDOP atuará como analista para solicitação de natureza permanente relativa à auxílio à navegação aérea, Órgãos de serviços de navegação aérea, indicadores de localidade cujo código seja SB, espaço aéreo condicionado e procedimentos de navegação aérea.

Art. 43. O CGNA atuará como analista para avaliação das SDIA que possam causar impacto no fluxo de tráfego aéreo e nas que envolvam aeródromos coordenados.

Subseção I

Atribuições

Art. 44. Ao receber a solicitação de parecer técnico do fornecedor, caberá ao analista:

I - emitir parecer favorável ou desfavorável sobre o assunto, como também estabelecer restrições para realização do evento, caso necessário; e

II - considerar a data do evento solicitado de modo que a antecedência para a divulgação dos produtos de informação aeronáutica seja respeitada.

Seção IV

Provedor AIM

Art. 45. Agente do processo responsável pela divulgação da informação aeronáutica por meio dos Produtos de Informação Aeronáutica.

Subseção I

Atribuições

Art. 46. Ao receber uma solicitação, seja por parte do fornecedor ou do originador, em processo regular ou emergencial, é responsabilidade do provedor AIM:

I - executar as atividades relacionadas à Gestão de Informação Aeronáutica (AIM) que consiste em analisar, cadastrar e gerenciar os dados e informações aeronáuticas e seus respectivos metadados, de acordo com os requisitos para qualidade de dados aeronáuticos e com os atributos de metadados previstos na TCA 53-2 “Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas”, como também os prazos para divulgação aos usuários finais e suas aplicações aeronáuticas;

II - verificar se a solicitação possui todos os dados necessários para divulgação nos Produtos AIS;

III - verificar a coerência das informações contidas e dos dados entre si;

IV - definir os Produtos de Informação Aeronáutica e a data de efetivação adequados para divulgar a informação solicitada;

V - formatar o texto da informação recebida, sem que haja prejuízo no sentido, de acordo com a padronização exigida pelos Produtos de Informação Aeronáutica pertinente;

VI - não divulgar as informações que já estejam previstas em normas, acordos ou regulamentos;

VII - no caso de contingência, encaminhar o e-mail da solicitação ao setor/Órgão competente, caso tenha recebido equivocadamente do originador. Nesse caso, o originador deverá ser informado do motivo do encaminhamento; e

VIII - devolver ao remetente sempre que a informação estiver incorreta ou não atender a um requisito de qualidade estabelecido na TCA 53-2 “Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas”, acrescentando a devida fundamentação.

CAPÍTULO IX DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 47. A cessão de direitos patrimoniais do autor ocorrerá na forma gratuita, não exclusiva e parcial no âmbito da coleta de dados e das informações aeronáuticas. Ou seja, haverá a cessão parcial de direitos e as autoridades originadoras e as fornecedoras externas ao DECEA não serão remuneradas.

Art. 48. Os direitos autorais vinculados aos dados e informações aeronáuticas consolidados por autoridades originadoras ou fornecedoras vinculadas ao DECEA são considerados bens móveis, para todos os efeitos legais, e integram o patrimônio intelectual do Departamento.

Art. 49. Os originadores e Fornecedores não vinculados ao DECEA deverão estar cientes de que o envio de dados e informações aeronáuticas à AIM implica uma cessão em caráter gratuito, parcial, irrevogável, irretratável e não exclusivo dos direitos autorais a eles vinculados, autorizando o DECEA a exercer os seguintes direitos, em relação às informações e aos dados aeronáuticos enviados, em território nacional e no exterior, para fins comerciais ou não:

I - reproduzir, parcial ou integralmente;

II - editar, adaptar, atualizar, modificar e promover quaisquer outras transformações por qualquer processo ou técnica;

III - autorizar sua utilização por terceiros, no todo ou em parte, como dado ou informação integrante de outra ou não;

IV - traduzir para qualquer idioma;

V - comunicar direta ou indiretamente o dado ou a informação ao público mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro meio que permita realizar a seleção do dado ou informação por qualquer sistema que importe pagamento pelo usuário ou não;

VI - incluir em base de dados ou de publicações; e

VII - compartilhar e distribuir em redes internas e na internet, inclusive em redes sociais.

CAPÍTULO X SISTEMA AIRAC

Art. 50. O Sistema de Regulação e Controle de Informação Aeronáutica, ou Sistema AIRAC, foi estabelecido pelo Anexo 15 da OACI com base em datas de efetivação comuns das informações para garantir sincronicidade entre os Estados signatários de todo o mundo.

Art. 51. As informações sobre mudanças, cancelamentos ou estabelecimento de circunstâncias relevantes na navegação aérea devem ser notificadas previamente com base no ciclo AIRAC. Esse ciclo segue um calendário internacional padronizado, com datas de efetivação em intervalos regulares de 28 dias, sempre em uma quinta-feira. O objetivo é garantir que novas informações sejam publicadas com antecedência suficiente por meio de AMDT AIP ou Suplemento AIP.

Seção I

Calendário AIRAC

Art. 52. Com a finalidade de atender as datas de efetivação do Calendário AIRAC, o DECEA estabeleceu um calendário a nível nacional que visa apresentar a todos os agentes do processo de divulgação de informações aeronáuticas as datas relevantes desde o momento da entrega dos dados ao Provedor AIM até sua publicação por meio de Produtos de Informação Aeronáutica.

Art. 53. É essencial que Originadores e Fornecedores estejam plenamente familiarizados com este calendário para que possam melhor planejar as atividades de coleta do dado a fim de atender os prazos de envio ao Provedor AIM.

Art. 54. O Calendário AIRAC está disponível no site da AISWEB (<https://aisweb.decea.mil.br>), na aba Publicações como exemplificado na tabela 1.

AMDT	Data limite de entrega ao AIM no ICA	Data de Publicação	Data de Efetivação
A2	19/03/2025	17/04/2025	12/06/2025
A1	09/04/2025	08/05/2025	12/06/2025
A0	30/04/2025	29/05/2025	12/06/2025
A2	16/04/2025	15/05/2025	10/07/2025
A1	07/05/2025	05/06/2025	10/07/2025
A0	28/05/2025	12/06/2025	07/08/2025

Tabela 1 - Exemplo do Calendário AIRAC do DECEA

Art. 55. As colunas do Calendário definem as fases do processo para a divulgação da informação:

I - Data limite de entrega ao AIM no ICA - Data limite de entrega da solicitação ao Provedor AIM para que a efetivação da informação seja na data AIRAC da linha correspondente;

II - Data de publicação - Data a partir da qual as informações constantes nos Produtos de Informação Aeronáutica já estão válidas, embora ainda não estejam efetivas, e, por isso, já são disponibilizadas ao usuário; e

III - Data de efetivação - Data AIRAC em que as informações estão efetivas. É sempre uma quinta-feira.

Art. 56. As linhas do Calendário definem as edições relacionadas às datas de efetivação, que são divididas em três tipos: datas com um ciclo AIRAC (A1), datas com dois ciclos AIRAC (A2), e NÃO AIRAC (A0), conforme explicado abaixo:

I - Ciclo AIRAC A1 – alterações operacionais significativas normais, as quais são publicadas com antecedência mínima de 28 dias da data de efetivação;

II - Ciclo AIRAC A2 – alterações operacionais significativas de maior relevância, as quais são publicadas com antecedência mínima de 56 dias da data de efetivação; e

III - NÃO AIRAC A0 – alterações sem relevância operacional, as quais são publicadas com antecedência mínima de 14 dias da data de efetivação.

Art. 57. O SDOP deve atualizar o Calendário AIRAC a cada dois anos, para os próximos cinco anos, e disponibilizá-lo no AISWEB.

Art. 58. As informações listadas nas Partes 1 e 2 do Anexo III devem ser encaminhadas conforme o Sistema AIRAC, para que possam ser publicadas com uma antecedência mínima de 28 dias da data de efetivação.

Art. 59. As informações listadas na Parte 3 do Anexo III, sempre que seja conveniente e possível, devem ser encaminhadas conforme o Sistema AIRAC para que possam ser divulgadas com uma antecedência mínima de 56 dias da data de efetivação.

CAPÍTULO XI EXCEPCIONALIDADE QUANTO AO PRAZO

Art. 60. O originador e o Fornecedor podem enviar a solicitação com prazo inferior ao previsto quando o assunto tratar de:

- I - serviços relativos a combustíveis, oxigênio ou contra incêndio;
- II - ampliação ou melhorias de pista de pouso ou de táxi;
- III - ativação de aeródromos ou de helipontos onde não é prestado o serviço aéreo regular;
- IV - ampliação do horário de funcionamento dos serviços de navegação aérea, desde que não impactem em outros serviços;
- V - divulgação de obstáculos já existentes; e
- VI - suspensão e modificação de procedimentos de navegação aérea.

CAPÍTULO XII SOLICITAÇÃO EMERGENCIAL

Art. 61. A solicitação emergencial consiste em um pedido de divulgação urgente destinado a eventos não planejados, que surgem de forma inesperada e não podem ser previstos, eventos esses que afetam a segurança da navegação aérea e, por isso, exigem divulgação imediata para garantir a segurança operacional, portanto, em razão da celeridade que o processo necessita, essa solicitação deve ser verificada e validada diretamente pelo Provedor AIM por intermédio do NOF.

Parágrafo único. Não se enquadra como emergencial a solicitação de evento planejado e na qual, por motivos diversos, houve perda de prazo para envio.

Art. 62. Em caso de Solicitação Emergencial, devem ser adotadas as seguintes regras:

- I - a data de efetivação da informação emergencial será sempre imediata, não sendo permitidas datas futuras para esse tipo de solicitação;
- II - a informação solicitada torna-se efetiva no momento de sua divulgação pelo Provedor AIM;
- III - a solicitação deve apresentar um motivo claro que justifique a divulgação imediata;
- IV - para divulgação de ocorrências na área de movimento do aeródromo, a solicitação deve fornecer dados que possibilitem a localização exata;
- V - para divulgação de deslocamento de cabeceira ou fechamento de um trecho da pista deverão ser enviadas as novas distâncias declaradas (TORA, TODA, ASDA e LDA);

VI - a divulgação de inoperância de auxílios, equipamentos e serviços de navegação aérea deve ser feita apenas quando a previsão de restabelecimento exceder sessenta minutos;

VII - os defeitos de pavimento consequentes de uma evolução continuada não são considerados casos para divulgação imediata, uma vez que as obras para sua correção poderão ser sempre planejadas, antes de atingirem o estágio de colapso;

VIII - o fechamento total ou parcial da área operacional, emergencialmente, não se aplica para início ou prorrogação de obras planejadas; e

IX - no caso de interdição total ou parcial da área operacional, o operador de aeródromo deverá comunicar prontamente a medida adotada às seguintes autoridades:

- a) à ANAC, nos casos de aeródromos ou helipontos públicos;
- b) ao Órgão responsável do COMAER, nos casos de aeródromos ou helipontos militares e compartilhados; e
- c) ao CGNA, em aeródromos onde é prestado serviço aéreo regular.

CAPÍTULO XIII

MONITORAMENTO DA CADEIA DA INFORMAÇÃO

Art. 63. O monitoramento da cadeia de informação tem por objetivo verificar o cumprimento dos prazos e dos requisitos de qualidade previstos no processo para a solicitação de divulgação de informação aeronáutica em âmbito nacional.

Seção I

Responsabilidades

Subseção I

ICA

Art. 64. O ICA deve manter um cadastro de monitoramento da cadeia da informação por fornecedor, contendo o número de solicitações recebidas que não cumpriram os prazos e os requisitos de qualidade previstos no processo de solicitação de divulgação de informação aeronáutica, conforme o Anexo II.

Art. 65. O ICA deve encaminhar o relatório de monitoramento da cadeia da informação, via cadeia de comando, para o SDOP, conforme as datas estabelecidas nessa norma e manter registro desta ação contendo a data, a hora e o responsável pelo envio.

Subseção II

Órgão Regional

Art. 66. Os CINDACTA e o CRCEA-SE devem manter um cadastro de monitoramento da cadeia da informação por originador, contendo o número de solicitações recebidas que não cumpriram os prazos e os requisitos de qualidade previstos no processo de solicitação de divulgação de informação aeronáutica.

Art. 67. Os CINDACTA e o CRCEA-SE devem encaminhar o relatório de monitoramento da cadeia da informação, via cadeia de comando, para o SDOP, conforme as datas estabelecidas nessa norma e manter registro desta ação contendo a data, a hora e o responsável pelo envio.

Subseção III

SDOP

Art. 68. O SDOP deve manter um cadastro de monitoramento da cadeia da informação por fornecedor contendo as ações mitigadoras tomadas por SDIA, bem como a data, a hora e o responsável pelo registro.

Art. 69. O SDOP deve emitir um documento contendo o resumo e as orientações de cada um dos relatórios recebidos e encaminhá-los ao ICA, ao CINDACTA, ao CRCEA-SE e ao CGNA conforme as datas estabelecidas nessa norma, bem como manter registro desta ação com a data, a hora e o responsável pelo envio.

Seção II

Encaminhamento

Art. 70. O relatório de monitoramento da cadeia de informação deve ser encaminhado ao SDOP nas seguintes datas:

- I - de janeiro a março: encaminhar até o dia 10 de abril;
- II - de abril a junho: encaminhar até o dia 10 de julho;
- III - de julho a setembro: encaminhar até o dia 10 de outubro; e
- IV - de outubro a dezembro: encaminhar até o dia 10 de janeiro.

Art. 71. O SDOP deve encaminhar o resumo de cada um dos relatórios recebidos até os dias 10 de maio, 10 de agosto, 10 de novembro e 10 de fevereiro.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72. As sugestões para o contínuo aperfeiçoamento desta publicação deverão ser enviadas por intermédio dos endereços eletrônicos <http://publicacoes.decea.intraer/> ou <http://publicacoes.decea.aer.mil.br/>, acessando o link específico da publicação.

Art. 73. Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos ao Chefe do Subdepartamento de Operações do DECEA.

Art. 74. A tabela de prazos dos processos SDIA deverá ser consultada no site AISWEB na aba Publicações > Prazos para envio de SDIA, ou no Sistema SDIA por meio do link <https://sdia.decea.mil.br/documentos>.

Art. 75. A redação desta Instrução teve como parâmetro as seguintes normas nacionais:

I - BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 53-1: NOTAM**. Portaria DECEA nº 288/DGCEA, de 01 de dezembro de 2020;

II - BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 53-6: Suplemento AIP**. Portaria DECEA nº 196/DNOR4, de 18 de maio de 2022;

III - BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 100-3: Operação Aerodesportiva de Aeronaves**. Portaria DECEA nº 186/DGCEA, de 24 de outubro de 2019;

IV - BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 100-40: Aeronaves não tripuladas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro**. Portaria DECEA nº 928/DNOR8, de 15 de maio de 2023;

V - BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **RICA 21-170: Regimento Interno do Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste**. Portaria DECEA Nº 1.166/SDAD, de 24 de novembro de 2023;

VI - BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **TCA 53-2: Catálogo de Requisitos de Dados e Informações Aeronáuticas**. Portaria DECEA nº 33/DGCEA, de 26 de fevereiro de 2019;

VII - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Sistemas de gestão da qualidade - Fundamentos e Vocabulário: NBR ISO 9000:2005. [Rio de Janeiro], dez. 2005; e

VIII - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (Brasil). Regulamento Brasileiro de Aviação Civil: RBAC n. 01: definições, regras de redação e unidades de medida. Emenda n.08. Brasília, 2021. Disponível em: Acesso em: 21 junho 2021.

Art. 76. A redação desta instrução teve como parâmetro as seguintes normas internacionais:

I - INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. **Annex 15: Aeronautical Information Services**. 16th ed. Montreal: ICAO 2018;

II - INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. **Doc 8126: Aeronautical Information Services Manual**. 7th ed. Montreal: ICAO 2022; e

III - INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. **PANS-AIM, Doc. 10066: Aeronautical Information Management**. First Ed. Montreal: ICAO 2018.

ANEXO II – MONITORAMENTO DA CADEIA DE INFORMAÇÃO



COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO AERONÁUTICA
MONITORAMENTO DA CADEIA DA INFORMAÇÃO
PERÍODO:

REGIONAL:

PERÍODO:

[illegible]

Instrução de preenchimento

- 1 - Inserir o código gerado ao protocolar a SDIA ou número do documento/ofício em caso de inoperância do Sistema
- 2 - Nome da Instituição que solicitou a divulgação da informação
- 3 - Preencher com a quantidade atrelada a respectiva SDIA
- 4 - ID (Código de Identificação) Preencher com os seguintes grupos alfanumérico:
 - A1 para as SDIA fora do prazo
 - A2 para as SDIA com Erro de Inserção de metadados
 - A3 para as SDIA com Erro da escolha do assunto/título
 - A4 para as SDIA com Ausência de documento obrigatório
 - A5 para as SDIA com falta de Referência
 - A6 para as SDIA com Erro de preenchimento no campo (coordenada)
 - A7 para as SDIA com Erro de preenchimento no campo (raio)
 - A8 para as SDIA com Erro de preenchimento no campo (termo de validade)
 - A9 Outras (descrever as discrepâncias no campo observações)
- 5 - Preencher com o item da Publicação que gerou a discrepância
- 6 - Preencher com "X" a opção escolhida
- 7 - Preencher com as justificativas das ações tomadas
- 8 - Preencher com "X" a opção escolhida
- 9 - Preencher com a data-hora e o nome de guerra do operador que processou a SDIA

ANEXO III – QUANDO EMPREGAR O SISTEMA AIRAC

Parte 1 - Informações de um ciclo AIRAC.

O estabelecimento, retirada e modificações operacionais programadas (inclusive testes operacionais) de:

Limites (horizontais e verticais), regulamentos e procedimentos aplicáveis a:

- a) Regiões de informação de voo;
- b) Áreas de controle;
- c) Zonas de controle;
- d) Áreas de assessoria;
- e) Rotas ATS;
- f) áreas perigosas, proibidas e restritas permanentes (incluindo tipo e períodos de atividade, quando conhecidos) e ADIZ; e
- g) áreas ou rotas permanentes ou partes delas em que exista a possibilidade de interceptação.

1. Posições, frequências, indicativos de chamada, identificadores, irregularidades conhecidas e períodos de manutenção de auxílios à Radionavegação, e instalações de comunicação e vigilância.
2. Procedimentos de espera e aproximação, procedimentos de chegada e saída, procedimentos de atenuação de ruído e quaisquer outros procedimentos ATSpertinentes.
3. Níveis de transição, altitudes de transição e altitudes mínimas de setor.
4. Instalações e procedimentos meteorológicos (incluindo transmissões).
5. Pistas e zonas de parada.
6. Pistas de táxi e pátios.
7. Procedimentos para operação em solo no aeródromo (incluindo os procedimentos destinados às operações em baixa visibilidade).
8. Luzes de aproximação e de pista.
9. Mínimos operacionais do aeródromo, se publicados por um Estado.

Parte 2 - Informações de um ciclo AIRAC

O estabelecimento, a retirada e modificações planejadas de:

1. Posição, altura e iluminação de obstáculos à navegação.
2. Período de serviço dos aeródromos, instalações e serviços.
3. Serviços aduaneiros, de imigração e de saúde.
4. Áreas restritas, proibidas e perigosas temporárias e riscos à navegação, bem como exercícios militares e de movimentação de aeronaves em massa.
5. Áreas ou rotas temporárias (ou partes destas) onde haja possibilidade de interceptação.

Parte 3 - Informações de dois ciclos AIRAC.

O estabelecimento e modificações significativas planejadas de:

1. Novos aeródromos internacionais habilitados para operação IFR.
2. Novas pistas habilitadas para operação IFR em aeródromos internacionais.
3. Projeto e estrutura da rede de rotas de serviços de tráfego aéreo.
4. Projeto e estrutura de um conjunto de procedimentos em terminais (incluindo as atualizações nos rumos dos procedimentos devido à mudança de variação magnética).
5. As circunstâncias enumeradas na Parte 1, caso o território brasileiro inteiro ou uma parte significativa dele seja afetada, ou se houver necessidade de coordenação entre países.